

MINEIRÃO

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.  
CNPJ nº 13.012.956/0001-55

1/3

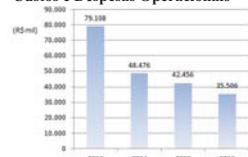
## Relatório da Diretoria:

A Administração da Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia"), em cumprimento ao Art. 133 da Lei 6.404/76, vem prestar aos acionistas e ao mercado, informações relativas às atividades sociais desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como apresentar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as respectivas notas explicativas, os quais se encontram acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes.

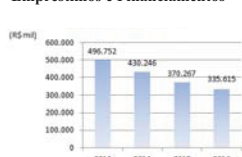
Após a reinauguração do Mineirão, transcorridos os anos de 2013 e 2014, os quais foram marcados principalmente pela realização da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014, período este considerado como fase de maturação e aprendizado, dada suas características únicas e inovadoras. Em 2015 e 2016 a Companhia passou por perceptíveis mudanças na gestão resultando em otimizações e aumento da eficiência financeira. Com o objetivo de aumentar os resultados da Companhia, foram revisados processos e atividades, reduzidos o quadro funcional e serviços de terceiros resultando em economia para a Companhia. No ano de 2016, foram amortizados cerca de R\$ 39,66 milhões em empréstimos e financiamentos.

A política de distribuição de dividendos constante do Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 5%, conforme art. 202 da Lei nº 6.404/76. Todavia, desde o início da sua operação, a Companhia não realizou a distribuição de dividendos, não tendo ocorrida qualquer deliberação neste sentido.

## Custos e Despesas Operacionais



## Empréstimos e Financiamentos



Balanço patrimonial Em milhares de reais			Balanço patrimonial Em milhares de reais				
Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.577	218	Fornecedores	10	1.981	3.693
Ativo financeiro de concessão	5	126.135	125.287	Empréstimos e financiamentos	11	49.579	50.562
Contas a receber de clientes	6	772	7.617	Partes relacionadas	13	6.325	6.325
Adiantamentos a fornecedores		144	23	Obrigações e encargos trabalhistas		1.366	1.137
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.329	2.381	Impostos e contribuições a recolher		1.760	1.496
Estoques		676	545	Adiantamento de clientes	16	10.136	58
Despesas antecipadas		1.014	342	Outras obrigações a pagar		506	587
		<u>153.647</u>	<u>136.413</u>			<u>71.653</u>	<u>63.858</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	11	286.036	319.705
Ativo financeiro de concessão	5	564.660	604.369	Tributos diferidos	12	12.604	15.272
Contas a receber de clientes	6	14.179	9.545	Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	1.511	8.438
Impostos e contribuições a recuperar	7	8.992	9.038	Provisão para contingências	14	349	349
Outros ativos não circulantes		249	249	Receitas diferidas		1.579	38
		<u>588.080</u>	<u>623.201</u>	Outros passivos não circulantes		2.351	1.735
		<u>630.183</u>	<u>667.661</u>			<u>304.430</u>	<u>345.537</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>783.830</u>	<u>804.074</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>783.830</u>	<u>804.074</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais						
	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de subvenção		
<b>Em 1º de janeiro de 2015</b>	246.405	4.166	26.593	75.609		352.773
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					41.906	41.906
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					41.906	41.906
Contribuição dos acionistas					(2.095)	(2.095)
Constituição de reserva legal		2.095				
Transferência entre reservas				39.811		(39.811)
<b>Total da contribuição dos acionistas</b>		2.095		39.811		(41.906)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	246.405	6.261	26.593	115.420		394.679
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					13.068	13.068
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					13.068	13.068
Contribuição dos acionistas						
Constituição de reserva legal		654				(654)
Transferência entre reservas				12.414		(12.414)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	246.405	6.915	26.593	127.834		407.747

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 1 Informações gerais

A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte, MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto ("Estádio" ou "Mineirão") e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construcap CCPS - Engenharia e Comércio S.A., pela Egessa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.

## Contrato de Concessão

O Contrato de Parceria Público Privado ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG (Poder Concedente) e a Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionária). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho de administração em 25 de agosto de 2017, que irá enviar as mesmas para aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição contrário.

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 1º de janeiro de 2016 que tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

**2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

**2.4 Instrumentos financeiros:** **2.4.1 Ativos financeiros - classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nos períodos apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

**2.4.2 Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados

ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

**2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.

**2.4.4 Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment).

**2.6 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos em geral	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**2.7 Ativos intangíveis:** São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.

**2.8 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

**2.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**Empreendimento Sustentável.** Desde a reforma, várias ações de sustentabilidade foram e continuam sendo realizadas pela Minas Arena no Gigante da Pampulha, como a operação, em parceria com a Cemig, de uma Usina Solar Fotovoltaica (USF Mineirão). Há também reaproveitamento da água de chuva, que é estocada em reservatórios de mais de 5 milhões de litros de capacidade, que representa uma economia de até 70% no consumo de água potável. Outra prática ambientalmente correta e sustentável é a destinação de todo o resíduo reciclável para a associação de catadores Asmare. Todas estas práticas fazem parte do projeto de sustentabilidade do Mineirão, denominado Gigante Pela Natureza. O Complexo do Mineirão é o primeiro e único estádio do Brasil a conquistar o grau Platinum da Certificação Leed. Recebeu também, em novembro de 2014, o prêmio ouro do Selo BH Sustentável, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, este em processo de renovação. Em setembro de 2016, aderimos ao Pacto Global, iniciativa da ONU de mobilização da comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

A administração da Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2016	2015
Receita	17	78.590	108.324
Custos dos serviços prestados	18	(27.315)	(32.071)
<b>Lucro bruto</b>		<u>51.275</u>	<u>76.253</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	18	(8.316)	(10.385)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		126	
		<u>(8.190)</u>	<u>(10.385)</u>
<b>Lucro operacional</b>		<u>43.085</u>	<u>65.868</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	19	4.911	14.180
Despesas financeiras	19	(36.851)	(37.143)
		<u>(31.940)</u>	<u>(22.963)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>11.145</u>	<u>42.905</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.923)	(999)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>13.068</u>	<u>41.906</u>
Quantidade de ações (em milhares)		8.214	8.214
Lucro básico e diluído por ação		1,59	5,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	13.068	41.906
Total do resultado abrangente do exercício	<u>13.068</u>	<u>41.906</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2016	2015

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.145	42.905
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Depreciação e amortização	2.459	2.311
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	29.755	34.723
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(66.239)	(83.147)
Tributos diferidos	(745)	1.454
Receitas diferidas	1.541	
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Ativo financeiro de concessão	105.100	102.685
Contas a receber de clientes	2.211	(3.949)
Adiantamentos a fornecedores	(121)	68
Impostos e contribuições a recuperar	(902)	650
Estoques	(131)	11
Outros ativos	(672)	(293)
Fornecedores	(1.712)	(1.119)
Obrigações e encargos trabalhistas	229	(482)
Impostos e contribuições a recolher	264	(362)
Adiantamento de clientes	10.078	
Outros passivos	535	763
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<u>92.795</u>	<u>96.218</u>
Juros pagos	(29.716)	(31.111)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>63.079</u>	<u>65.107</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Compras de imobilizado	(102)	(245)
Compras de intangível		(72)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(102)</u>	<u>(317)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Emissão de empréstimos e financiamentos	4.969	14.651
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(39.660)	(79.484)
Partes relacionadas	(6.927)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<u>(41.618)</u>	<u>(64.833)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>21.359</u>	<u>(43)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	218	261
No final do exercício	21.577	218
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>21.359</u>	<u>(43)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**2.10 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

**2.11 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

**2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas

MINEIRO

## MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

2/3

aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

**2.14 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**2.15 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - «Instrumentos Financeiros» aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para a 1ª de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. IFRS 15 - “Receita de Contratos com Clientes” - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1ª de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - “Contratos de Construção”, IAS 18 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

**3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

**Ativo financeiro de concessão:** A Companhia reconheceu o “Ativo financeiro de concessão” com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas. A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do “Ativo financeiro de concessão” para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo. Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2016	2015
Caixa e bancos	29	47
Aplicações financeiras	21.548	171
	<u>21.577</u>	<u>218</u>

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários (“CDB”) possuem rendimentos atrelados à taxa de 75%, 95% e 96,5% \*do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 31 de dezembro de 2016 (2015 – 75%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a companhia.

**5 Ativo financeiro de concessão**

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

(Nota 1). Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio:

	2016	2015
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	114.970	116.762
Ativo financeiro faturado	11.165	8.525
	<u>126.135</u>	<u>125.287</u>
Não circulante		
Ativo financeiro a faturar	564.660	604.369
	<u>690.795</u>	<u>729.656</u>

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

**Movimentação do ativo financeiro de concessão**

	2016	2015
Saldo inicial	729.656	749.194
Receita financeira	66.239	83.147
Recebimentos	(105.100)	(102.685)
	<u>690.795</u>	<u>729.656</u>

**6 Contas a receber de clientes**

	2016	2015
Contas a receber de clientes faturados	1.379	2.574
Contas a receber de clientes a faturar	14.241	15.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(669)	(669)
	<u>14.951</u>	<u>17.162</u>
Circulante	772	7.617
Não circulante	14.179	9.545
	<u>14.951</u>	<u>17.162</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía em seu contas a receber o montante de R\$ 14.908

(2015 – R\$ 10.991) que encontravam-se vencidos, mas não *impaired*. Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos.

	2016	2015
A vencer	43	6.171
Vencido de 1 a 29 dias	854	131
Vencido de 30 a 59 dias	959	538
Vencido de 60 a 179 dias	1.858	1.879
Vencido de 180 a 360 dias	2.348	6.006
Vencido a mais de 360 dias	9.558	3.106
	<u>15.620</u>	<u>17.831</u>

**7 Impostos e contribuições a recuperar**

	2016	2015
PIS (Programa Integração Social) a recuperar	1.411	1.352
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade social) a recuperar	5.387	5.680
Impostos de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.971	4.204
Outros impostos e contribuições	552	183
	<u>12.321</u>	<u>11.419</u>
Circulante	3.329	2.381
Não circulante	8.992	9.038
	<u>12.321</u>	<u>11.419</u>

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2018.

**8 Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação	2015	Adições	2016
Custo				
Equipamentos em geral		1.291	63	1.354
Móveis e utensílios		3.623		3.623
Instalações		193		193
Equipamentos de informática		390	39	429
Veículos		47		47
Outros		83		83
		<u>5.627</u>	<u>102</u>	<u>5.729</u>
Depreciação acumulada				
Equipamentos em geral	10%	(269)	(134)	(403)
Móveis e utensílios	10%	(1.004)	(362)	(1.366)
Instalações	10%	(50)	(19)	(69)
Equipamentos de informática	20%	(191)	(79)	(270)
Veículos	25%	(30)	(12)	(42)
Outras	20%	(38)	(10)	(48)
		<u>(1.582)</u>	<u>(616)</u>	<u>(2.198)</u>
Imobilizado líquido		<u>4.045</u>	<u>(514)</u>	<u>3.531</u>

**9 Intangível**

	Taxa anual de amortização	2015	Adições	2016
Custo				
Softwares		193		193
Benfeitorias em imóveis de terceiros		44.775		44.775
		<u>44.968</u>		<u>44.968</u>
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(100)	(38)	(138)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(4.453)	(1.805)	(6.258)
		<u>(4.553)</u>	<u>(1.843)</u>	<u>(6.396)</u>
Intangível líquido		<u>40.415</u>	<u>(1.843)</u>	<u>38.572</u>

**10 Fornecedores**

	2016	2015
Fornecedores de materiais	1.748	1.347
Outros fornecedores	75	83
Provisão para serviços prestados a faturar	158	2.263
	<u>1.981</u>	<u>3.693</u>

**11 Empréstimos e financiamentos**

	Encargos	2016	2015
Crédito industrial - BNDES	TJLP + 2,34% a.a.	325.458	358.708
Banco Itaú	CDI + 4,41% a.a.	10.157	10.000
Banco Bradesco	CDI + 3,54% a.a.		1.559
		<u>335.615</u>	<u>370.267</u>
Circulante		49.579	50.562
Não circulante		286.036	319.705
		<u>335.615</u>	<u>370.267</u>

**Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por: • Direito de recebimento da integralidade da receita da beneficiária. • Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP. • Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

**Escalonamento dos empréstimos e financiamentos:** Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2016	2015
2017		38.712
2018	38.266	39.545
2019	38.266	39.545
2020 e acima	209.504	201.903
	<u>286.036</u>	<u>319.705</u>

**Cláusulas restritivas:** A Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento que apresenta cláusulas restritivas as quais estabelecem obrigações quanto à manutenção de índice financeiro sobre as operações contratadas (Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - ICSD) cujo descumprimento produz efeitos apenas ao que concerne à impossibilidade de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título. A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto a manutenção de índices financeiros cujo descumprimento torne automaticamente exigível o vencimento da dívida.

**12 Tributos diferidos**

	2016	2015
Imposto de renda pessoa jurídica	6.674	8.088
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.403	2.912
	<u>9.077</u>	<u>11.000</u>
Programa de Integração Social – PIS	629	761
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - CSLL	2.898	3.511
	<u>3.527</u>	<u>4.272</u>
	<u>12.604</u>	<u>15.272</u>

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do CPC 17 - Contrato de Construção e ICPC 01 - Contrato de Concessão.

**13 Partes relacionadas****(a) Passivo Circulante**

	2016	2015
Contas a pagar	6.325	6.325
Consortório Construtor Nova Arena	6.325	6.325
	<u>12.650</u>	<u>12.650</u>

**(b) Passivo não circulante**

	2016	2015
Adiantamento para futuro aumento de capital Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	1.188	8.115
Egesa Engenharia S.A.	2	2
Hap Engenharia Ltda.	321	321
	<u>1.511</u>	<u>8.438</u>

Além dos saldos acima, que não são corrigidos monetariamente, a Companhia está aguardando deliberação de seus acionistas para eventual registro de valores a receber em montante aproximado de R\$ 18.900, contra o qual poderão vir a ser abatidos valores devidos ao Consórcio Construtor Nova Arena. Conforme Nota 15, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas por 100% dos votos considerados válidos pela mesa dirigente da assembleia.

**(c) Remuneração da administração:** A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas gerais administrativas e totaliza R\$ 1.124 em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 1.560).

**14 Provisão para contingências**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para os eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos. Em 31 de dezembro de 2016, segundo os assessores jurídicos, haviam processos de natureza cível com estimativa de perda provável no montante de R\$ 349 (2015 – R\$ 349), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 2.042 (2015 – R\$1.723), referente à ações cíveis e trabalhistas. Adicionalmente, a Companhia é parte qualificada como responsável solidária em contingência relacionada a uso indevido do RECOPIA, no montante de R\$ 16.180 mil, cuja probabilidade de risco avaliada pelos assessores jurídicos é de perda possível. Encontra-se em trâmite no Ministério Público de Minas Gerais - MPMG um procedimento investigatório decorrente de representação realizada por terceiro contra a Minas Arena. A referida representação alega suspeitas relativas a legalidade do contrato de concessão administrativa, firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Minas Arena, bem como questões relacionadas a eventuais desvios de conduta da gestão da Minas Arena, mencionando supostas irregularidades financeiras, contábeis e fiscais. A Minas Arena realizou os levantamentos necessários das informações e documentos solicitados pelo MPMG, o que incluiu, quando apropriado, a contratação de especialistas. Com base nesses levantamentos, a Companhia respondeu, respaldada por seus consultores jurídicos e de forma tempestiva, todos os questionamentos realizados pelo MPMG. O processo investigatório encontra-se em curso.

**15 Patrimônio líquido**

Em assembleia geral ordinária, ocorrida em 01 de junho de 2017, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas por 100% dos votos considerados válidos pela mesa dirigente da assembleia, conforme mencionado na Nota 13. Os votos dos acionistas minoritários e majoritários estão arquivados na sede da Companhia. **(a) Capital social: Capital autorizado:** A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão. **Capital integralizado:** O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$246.405 representado pelo valor nominal de R\$ 30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de Ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
	<u>8.214</u>	<u>246.405</u>

**(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **(c) Reserva estatutária:** O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação a reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar. **(d) Reserva de subvenção:** Reserva de retenção dos valores relacionados aos aportes do Poder Público para as obras de reforma, renovação e adequação do Estádio constituída nos termos da lei aplicável. **(e) Dividendos:** Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	13.068	41.906
Constituição da reserva legal	(654)	(2.095)
Transferência para reserva de subvenção	(12.414)	(39.811)
Base de cálculo para os dividendos mínimos		

**16 Adiantamento de clientes**

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 1º trimestre de 2016 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.

**17 Receita**

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Receita de operação (a)	19.864	49.865
Atualização do ativo financeiro (b)	67.772	69.814
Impostos e contribuições (c)	(9.046)	(11.355)
	<u>78.590</u>	<u>108.324</u>

(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio. A redução expressiva na receita está relacionado a mensuração de desempenho da Concessionária em linha com a margem operacional apresentada no exercício conforme contrato de concessão. (b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro. (c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e ISS (Imposto sobre Serviços).

**18 Custos e despesas por natureza**

	2016	2015
Pessoal	(12.354)	(13.124)
Serviços públicos	(3.360)	(3.658)
Despesa com manutenção	(10.620)	(13.605)
Serviços de terceiros	(3.607)	(3.824)
Despesas com aluguel de equipamentos	(1.175)	(1.529)
Materiais	(393)	(672)
Taxas	(281)	(363)
Depreciação e amortização	(2.459)	(2.311)
Propaganda e publicidade	(122)	(284)
Despesas tributárias	(27)	(25)
Outros	(1.233)	(3.061)
Total do custo e despesas administrativas	<u>(35.631)</u>	<u>(42.456)</u>
Custos dos serviços prestados	(27.315)	(32.071)
Despesas gerais e administrativas	<u>(8.316)</u>	<u>(10.385)</u>
	<u>(35.631)</u>	<u>(42.456)</u>

**19 Resultado financeiro**

	2016	2015
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	1.380	80
Juros de mora e descontos obtidos	119	45
Varição monetária ativa de atualização de tributos	3.309	
Varição monetária ativa do ativo financeiro		13.333
Outras receitas financeiras	103	722
	<u>4.911</u>	<u>14.180</u>

	2016	2015
Despesa financeira		
Despesas e comissões bancárias		

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena Gestão de Instalação Esportiva S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

Conforme mencionado na Nota 14 às demonstrações financeiras, encontra-se em andamento processo investigatório conduzido pelo Ministério Público de Minas Gerais decorrente de representação realizada por terceiro contra a Minas Arena. Nas circunstâncias, não há como determinar o desfecho desse processo em curso. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação

das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identifiemos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2017.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC ISP218254/O-1 "S" MG

288 cm -29 1002601 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ABRE CAMPO/MG.**

Extrato de 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 043/2016 - PL nº 006/2016. Tomada de Preços nº 001/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Abre Campo/MG. Objeto: contratação de empresa especializada para execução de obra de conclusão de quadra poliesportiva coberta com vestiários no local denominado Cachoero do Livramento, neste Município. Contratada: JOÃO CARLOS ALVES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 21.146.893/0001-58. Motivo: prorrogação do vencimento até 08/08/2018. Fundamento legal Lei 8.666/93. Data de assinatura 08/08/2017. Sarah da Costa Paiva - Presidente da CPL.

3 cm -29 1002789 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS**

Aviso de Convocação e Nomeação. Concurso Público nº. 01/2016. -O Prefeito Municipal de Alfenas/MG, no uso de suas atribuições legais, torna público que, por intermédio do Decreto nº 1.932 e anexos, publicados no dia 28 de agosto de 2017 no átrio da Prefeitura Municipal de Alfenas, Nomeia e Convoca os (as) candidatos (as) aprovados (as) no concurso público nº 01/2016 e descritos no anexo I do referido Decreto, para os cargos de Analista de Saúde I / Fisioterapeuta, Agente de Saúde I / Auxiliar de Enfermagem, Analista de Saúde da Família I / Enfermeiro, Analista de Saúde da Família I / Dentista, Agente de Saúde I / Atendente de Consultório Odontológico, Agente Fiscal I / Fiscal de Obras, para provimento de cargos do quadro de pessoal permanente do Município de Alfenas. Os termos do Decreto nº 1.894/2017, encontra-se disponível no site eletrônico: www.alfenas.mg.gov.br, no átrio do Paço Municipal, e na Secretarias Municipal de Administração. Luiz Antônio da Silva. Anexo I. Candidatos aprovados e convocados para apresentação. Cargo: Analista de Saúde I – Fisioterapeuta, Classificação: 8º Graciele Guimarães Pitelli Aroca. Inscrição 08747. Cargo: Analista de Saúde da Família I – Enfermeiro, Classificação: 8º Helemilda Novaes de Souza. Inscrição 002644, 9º Fernanda Maia Correa. Inscrição 10608, 10º Rosângela de Cassia Santos. Inscrição 03138, 11º Rodrigo Guizardi. Inscrição 02079, 12º Maria De Fátima Coelho. Inscrição 06206, 13º Bianca Aparecida Brito da Silva. Inscrição 03472. Cargo: Agente de Saúde I - Auxiliar de Enfermagem, Classificação: 7º Denilson Dias Ferreira. Inscrição 09447, 8º Maria do Rosário dos Santos Araújo. Inscrição 06843, 9º Cláucine Aparecida Lima. Inscrição 11527, 10º Sirleni Vieira de Oliveira Silva. Inscrição 00779, 11º Rosa Matilde Domingos Rocha. Inscrição 06303, 12º Carlos José Ramos Júnior. Inscrição 00693, Cargo: Analista de Saúde da Família I / Dentista, Classificação: 6º Camila Parreira Rocha Guimarães Pinto. Inscrição 07477, 7º Anne Caroline Lopes. Inscrição 00732, 8º Sílvia Helena de Melo Terra. Inscrição 09198, 9º Natalino Julio de Carvalho. Inscrição 14305, Cargo: Agente de Saúde I / Atendente de Consultório Odontológico, Classificação: 6º Rejane Aparecida Rodrigues de Camargos. Inscrição 0267, 7ª Valéria Aparecida Belo. Inscrição 09837, 8ª Mariana Vieira Dias. Inscrição 02751, 9º Vanderly Pereira Passos. Inscrição 02725, 10º Dayana Messias. Inscrição 02611 Cargo: Agente Fiscal I / Fiscal de Obras, Classificação: 1º Samira Yae Miyake. Inscrição 03402.

9 cm -28 1002353 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO VASCONCELOS-MG**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017. O Município, torna público que fará realizar, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520, Decreto Municipal 543/2017, Processo 0811/2017, Pregão Presencial nº 069/2017. Objeto: Aquisição de caminhão caçamba e caminhão pipa, usados, para atender a administração municipal. O Edital completo estará disponível a partir do dia 30/08/2017 no horário de 12 às 17 horas, no Setor de Licitações, situado à Praça dos Bandeirantes, 20 – Centro, Alfredo Vasconcelos. A abertura do certame será dia 14/09/2017 às 14:00 horas, na Prefeitura Municipal de Alfredo Vasconcelos / MG, maiores informações pelo email: vasconceloscompras@yahoo.com.br ou tel: (32) 3367-1107. José Vicente Barbosa, Prefeito Municipal.

3 cm -29 1002769 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA-MG.**

torna publico pregão presencial. Nº 028/2017, para aquisição de bem permanente .01 veículo 0 km, em atendimento ao Bolsa Família. Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Angelândia. Data Abertura: 14/09/2017 às 09:00 Hs. Informações: (33)3516-9000. Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de ANGELÂNDIA-MG, torna publico pregão presencial. Nº 029/2017, contratação de empresa para prestação de serviços de apoio e suporte administrativo na elaboração de propostas e planos de trabalho visando captação de recursos de convenio pelo sistema do governo federal e estadual em atendimento a Secretaria Municipal de Administração do Município de Angelândia. Data Abertura: 14/09/2017 às 13:00 Hs. Informações: (33)3516-9000. Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de ANGELÂNDIA-MG, torna publico pregão presencial, para registro de preço Nº 30/2017, para aquisição de premoldados de concreto , bloquete sextavado, canaletas, ladrilho,manilha,meio fio e postes em atendimento a Secretaria Municipal de Obras do Município de Angelândia. Data Abertura: 15/09/2017 às 08:00 Hs. Informações: (33)3516-9000. Prefeito Municipal

5 cm -29 1002586 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS,**

torna publico a ABERTURA do Processo Licitatório Nº 0095/2017, Sequência da Modalidade Nº 002/2017, sendo uma Tomada de Preços do tipo menor preço global, visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e de consultoria, para auxiliar na organização da política pública de proteção ao Patrimônio Cultural do município de Barão de Cocais, responsabilizando-se pela organização dos arquivos documentais a serem encaminhados ao IEPHA, ano-base: 2017, exercício: 2019, para efetiva obtenção da pontuação referente à Lei Robin Hood (Lei 18.030/2009), conforme deliberação do CONEP 01/2016, em atendimento à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Protocolo dos envelopes: até as 12:00 hs do dia 15/09/2017, na Sala do Departamento de Licitação. Abertura dos envelopes: 15/09/2017, às 13 hs, na Sala de Licitações. O Edital estará disponível no site do Município - www.baraoedecocais.mg.gov.br - Transparência - Licitação – TP 2/2017. Cleidiane Aparecida dos Santos – Presidente da C.P.L.. Barão de Cocais, 29 de Agosto de 2017.

4 cm -29 1002809 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO ORIENTE - MG.**

Aviso de Edital. Pregão Presencial N.º 042/2017. Processo Licitatório N.º 104/2017. Objeto: Contratação de curso de aprimoramento da inteligência emocional,motivação e saúde dos servidores/professores da Secretaria Municipal de Educação, elevando a um nível mais alto suas capacidades de tomada de decisão, liderança, gestão de conflitos, administração do tempo, vida profissional e pessoal com resultados mais eficazes no desempenho de suas funções, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital. Abertura dia: 14/09/2017 às 09h00min. O edital poderá ser repassado via e-mail mediante solicitação via fax pelo telefone 31-3258-2827 ou 31-3258-2840, poderá ser retirado no site: www.belooriente.mg.gov.br, ou na Assessoria Técnica de Licitações da PMBO. Belo Oriente, MG, 29 de agosto de 2017. Alexandro Pereira Schlevéis. Progeiro

3 cm -29 1002733 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE:**

Torna Publica a adesão ata para aquisição de medicamentos que compõe o Pregão 35/2017 – ARP 153/2017, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei Federal n.º 8666 de 21 de Junho de 2013, na Deliberação Comissão Interiores Bipartite do Estado de Minas Gerais – CIB-SUS/MG nº 2.416 de 27 de novembro de 2016, cujo objeto :Compra Estadual de Medicamentos – Programa SES para Municípios MG, conforme especificações no termo de referência – Anexo I, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

Belo Vale aos Vinte e nove dias do mês de Agosto de dois mil e dezessete.

José Lapa dos Santos  
Prefeito Municipal

4 cm -29 1002588 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE:**

aviso de licitação: Pregão presencial no sistema registro de preços nº068/2017, PRC nº0112/2017, Data de abertura: 14/09/2017, às 07h15min. Objeto: registro de preços para aquisição de materiais de construção, máquinas e equipamentos para atender a demanda das secretarias do município, conforme anexo I. Cópia do edital na Avenida Tocantins, 57, Centro, Belo Vale ou pelo site: www.belovale.mg.gov.br ou e-mail: licitacaopmbelovale@gmail.com Belo Vale aos vinte nove dias do mês de agosto de dois mil e dezessete.

José Lapa dos Santos  
Prefeito Municipal

3 cm -29 1002460 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE:**

aviso de licitação: Pregão presencial no sistema registro de preços nº067/2017, PRC nº0111/2017, Data de abertura: 13/09/2017, às 07h15min. Objeto: registro de preços para aquisição de aduelas e concreto para atender a secretaria de obras do município, conforme anexo I. Cópia do edital na Avenida Tocantins, 57, Centro, Belo Vale ou pelo site: www.belovale.mg.gov.br ou e-mail: licitacaopmbelovale@gmail.com Belo Vale aos vinte nove dias do mês de agosto de dois mil e dezessete.

José Lapa dos Santos  
Prefeito Municipal

3 cm -29 1002446 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM/MG**

– Pregão Eletrônico nº 23/2017 - PAC nº 60/2017 – Objeto: Aquisição de arma de fogo para atender às necessidades da SEASP. Abertura: dia 14/09/2017 às 08:30h. Edital completo no site: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A. Informações: (31) 3512-3044 – Pregoeira - 28/08/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Eletrônico nº 54/2017 – PAC nº 158/2017. Objeto: Aquisição de câmaras para medicamentos e vacinas. Dia 28/09/2017 às 09:00 h. Edital completo no site: www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 29/08/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM MG. FMS/SMS. Pregão Presencial nº 01/2017 – PAC nº 56/2017. Objeto: Aquisição de gás liquefeito de petróleo. Credenciamento de representantes dia 19/09/2017 de 09:00 às 10:00 h. Início da sessão de Disputa no mesmo dia a partir das 10:00 h. Edital completo no site: www.betim.mg.gov.br. Informações: (31)3512-3319 – Superintendência de Suprimentos – 29/08/2017.

5 cm -29 1002552 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BICAS**

Processo nº 161/2017. Modalidade Pregão Presencial nº 63/2017. “Tipo Menor Preço por item”. Encontra-se aberto no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Bicas, o edital referente a prestação de serviços de locação de VAN com capacidade máxima de 20 lugares e veículo com capacidade para 52 passageiros por viagem, para transporte de usuários dos projetos oferecidos pelo Centro de Convivência da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação. A sessão será realizada no dia 13/09/2017, às 15h00min. Os interessados poderão obter cópia do edital na Praça Raul Soares, nº 20, na cidade de Bicas ou acessar o endereço eletrônico http://www.bicas.mg.gov.br. Nathanne Carolina C. Bortolini, Diretora de Licitações.

3 cm -29 1002824 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA/MG**

– Chamamento Público 002/2017 – O Setor de Licitações, torna público que será realizado Processo Licitatório na modalidade de Chamamento Público 002/2017 cujo objeto é a seleção de empresas do ramo da construção civil para produção de unidades habitacionais em imóveis a serem doados pelo Município de Bocaiuva/MG, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV Faixa 1, que terá como gestor a Caixa Econômica Federal – Caixa, nos termos solicitados pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes. Credenciamento e Recebimento dos envelopes até 09h do dia 02/10/17 no Setor

de Licitações (Rua Mariana de Queiroga, 141 – Bocaiuva). Sessão para abertura de envelopes e julgamento às 09:10h do dia 02/10/17. O edital estará à disposição dos interessados no endereço acima e no site da Prefeitura, endereço: www.bocaiuva.mg.gov.br. Informações: (38) 3251-6509. Marisa de Souza Alves – Prefeita Municipal.

4 cm -29 1002525 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO–**

Aviso de Edital – Pregão Pres. SRP nº 49/2017: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos pesados. Sessão: 15/09/2017, às 9h. Edital: www.bomdespacho.mg.gov.br/licitacao. Info: (37) 3521-3728 ou licitacao@bomdespacho.mg.gov.br. Fernando Cabral, Prefeito.

2 cm -29 1002802 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG**

torna publico o extrato do contrato – Processo nº 084/2017- Pregão nº 042/2017. Celebrado com a empresa PC BRITO TRANSPORTES - ME CNPJ nº 19.377.723/0001-32. E mais 4 (Quatro). Objeto: Contratação de serviços de transporte escolar. Valor Global: R\$ 160.167,00 (Cento e Sessenta mil cento e sessenta e sete reais). Vigência: 10/08/2017 a 31/12/2017. Bonito de Minas/MG, 29/08/2017. Rodrigo Pinto dos Reis – Pregoeiro Oficial.

2 cm -29 1002602 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS/MG.**

Resultado Habilitação TP 001/2017. Objeto: Pavimentação das Ruas 1, 2, 3, 4, 5 e Rua Principal, no Bairro Morada Nova, CR/CT nº 1027805-56 / Convênio nº 825299, Programa Planejamento Urbano. Habilidades: Construtora Belo Oriente Ltda – ME, MEF Construtora Ltda., Santana do Paraíso Construção Civil Ltda., Walмира Borges Perpetuo Alves ME, LUMAP Serviços e Construções Ltda., Precemol Premoldados Construções Ind e Com Ltda, Wall Construções e Engenharia Eireli e Morais Ribeiro Construções Comércio e Serviços Eireli. Inabilitada a empresa MGB Serviços e Construções Eireli. Aberto prazo legal de recursos. Braúnas, 29/08/2017. Hélio Xavier de Andrade – CPL.

3 cm -29 1002818 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS-MG –**

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2017 – Processo Administrativo nº 449/2017 - O Município de Buritis-MG, através do Prefeito Municipal, comunica aos interessados que fica REVOGADO o referido processo licitatório com objetivo de contratação de transporte de estudantes da rede de ensino municipal, por interesse público. Buritis-MG., 11 de agosto de 2017.aa. Terezinha Prisco Damasceno. Pregoeira.

2 cm -29 1002717 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE/MG**

- Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 062/2017 - Através da sua Secretaria Municipal de Suprimentos, informa a todos os interessados que realizará uma licitação, Processo nº 127/2017, Pregão Presencial nº 062/2017, cuja sessão para a abertura dos envelopes de proposta comercial e documentação será realizada no dia 15/09/2017, às 10:00hs. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais esportivos, através de registro de preços. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do Edital, no Setor de Licitação, situado na Av. Prefeito Carlos Souza Filho, s/n, Centro, no horário das 12:30 às 17:00hs, de segunda a sexta-feira, ou ainda, no site da Prefeitura (www.caboverde.mg.gov.br). Informações entrar em contato pelo fone (35) 3736-1220, ramal 31 (Setor de Licitação). Cabo Verde, 29/08/17. Cleber Donizetti Campos - Secretário Municipal de Suprimentos

3 cm -29 1002550 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHEIROIA DE PAJEÚ-MG** - AVISO DE LICITAÇÃO - Torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 037/2017, tipo menor preço por item, destinado a contratação de serviços especializados em gestão de patrimônio público, conforme especificações contidas no edital, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 14 (quatorze) de setembro de 2017. Maiores informações, bem como Edital completo, junto a Prefeitura Municipal de Cacheiroia de Pajeú-MG, com sede na Rua Afonso Pena, 14 - Centro, pelo telefone (33) 3754-1200 ou e-mail: licitacaopmpc@yahoo.com.br - Cacheiroia de Pajeú-MG, 29 de agosto de 2017. Patrícia Pinheiro - Pregoeira Oficial.

3 cm -29 1002630 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA**

Revogação de Licitação: Prc. 146/17 – Pregão Presencial – nº 079/17 Tipo: Menor Preço Global - Objeto: AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO, CELULAR FIXO E ACESSÓRIOS. Abertura dia 01/09/2017 às 09h00. O Processo foi "Revogado" com base no art. 49 da Lei 8666/93. Edmar Cassalho Moreira Dias – Prefeito Municipal.

2 cm -29 1002417 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO: PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO X DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS VERY GOOD R&R LTDA-ME, referente ao Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gás de cozinha e água mineral para atender as secretarias e a prefeitura de Cantagalo/MG, com o valor global de 59.580,00 (cinquenta e nove mil quinhentos e oitenta reais). Processo Licitatório 063/2017 Pregão Presencial 024/2017.

EXTRATO DE CONTRATO: PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO X DAIANY GERALDA DOS SANTOS CAMPOS referente a contratação para locação de uma Kombi em atendimento a Sec. Municipal de Saúde, com o valor global de R\$ 9.000,(nove mil reais). Processo Licitatório 072/2017 Pregão Presencial 029/2017. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO X RUSSI EDUARDO DA SILVA, referente a locação de uma motocicleta para atender a secretaria municipal de saúde de Cantagalo, com o valor global de R\$ 10.500,00(dez mil e quinhentos reais). Processo Licitatório 064/2017 Pregão Presencial 025/2017.

5 cm -28 1002340 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG**

Tomada de Preços n.º 16/2017, CNPJ nº. 16.726.028/0001-40, torna público através da Presid. da CPL, Edilson Antônio de Oliveira, que se acha aberto o Procedimento Licitatório nº. 106/2017, do tipo menor preço global, objetivando a execução de obra de CONSTRUÇÃO DE BLOCO ADMINISTRATIVO DO SETOR DE OBRAS E TRANSPORTES. Devendo os Envelopes contendo Documentação Habilitação (Envelope 01) e Proposta Comercial (Envelope 02) serem entregues na Seção de Licitação, até às 13:30 horas do dia 18/09/2017, sendo que o Envelope 01 referente à Habilitação será aberto às 14:00 horas do dia 18/09/2017, nosmeso local. Informações através do telefone (37)33731244 ou www.capitolio.mg.gov.br. Presidente da CPL.

3 cm -29 1002742 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO/MG**

Tomada de Preços n.º 15/2017, CNPJ nº. 16.726.028/0001-40, torna público através da Presid. da CPL, Edilson Antônio de Oliveira, que se acha aberto o Procedimento Licitatório nº. 105/2017, do tipo menor preço global, objetivando a execução de obra de REDE PLUVIAL nas Ruas Vicente Antônio de Oliveira e Jose Celestino da Costa. Devendo os Envelopes contendo Documentação Habilitação (Envelope 01) e Proposta Comercial (Envelope 02) serem entregues na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 18/09/2017, sendo que o Envelope 01 referente à Habilitação será aberto às 09:30 horas do dia 18/09/2017, nosmeso local. Informações através do telefone (37)33731244 ou www.capitolio.mg.gov.br. Presidente da CPL.

3 cm -29 1002740 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAI –**

Aviso Pregão Presencial 048/2017 – Será realizado no dia 15/09/2017, às 10:00 horas, o Pregão Presencial nº 048/2017 – Objeto: registro de preços para eventual aquisição de material de sinalização, identificação e lixeiras para vias urbanas do Município de Carai. Edital e informações encontram-se à disposição dos interessados na sala de licitações localizada na travessa 31 de março, nº 51, centro, tele/fax (0xx33)3531-1219, e-mail: licitacao@carai.mg.gov.br, nos dias úteis, no horário de 07:30 às 12 horas e 13:30 às 16:30. Carai/MG, 29 de agosto de 2017. Fernanda Nunes de Oliveira - Pregoeira.

3 cm -29 1002569 - 1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS-MG-**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2017 - Processo Licitatório Nº 177/2017 - Extrato da Homologação. Objeto: “Contratação de profissional para executar serviços técnicos especializados em segurança e higiene do trabalho”. Contratante: Município de Carlos Chagas. Favorecido: PEDRO AUGUSTO TELES MARTINS. Data da Homologação: 29 de agosto de 2017. Acáscio Vieira de Azeredo Coutinho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS – MG, Pregão Presencial nº. 042/2017 – Processo Licitatório nº. 222/2017 - Extrato da Homologação. Objeto: Aquisição de colchões e protetores, destinados a equipar a Casa de Apoio à Saúde mantida pelo Município de Carlos Chagas/MG, localizada na cidade de Belo Horizonte/MG. Contratante: Município de Carlos Chagas. Favorecido: CARVALHAIS & VIANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA - ME. Data da Homologação: 28 de agosto de 2017. Acáscio Vieira de Azeredo Coutinho – Prefeito Municipal.